

MANiFESTA

em ação



POLÍTICAS PARA A CRISE SOCIO-ECOLÓGICA

Território, Igualdade, **Ecologia** e Democracia



Promoção:



Parceria Territorial:



Cofinanciamento:



Organizações Parceiras:



ÍNDICE

I. ENQUADRAMENTO DO WEBINÁRIO	3
Álvaro Fonseca	3
II. REFLEXÕES E PROPOSTAS A INTEGRAR NO MANIFESTO	4
III. RESUMO DA SESSÃO	7
1. Introdução ao tema	7
Inês Cosme	7
Teresa Cunha	10
2. Apresentação das práticas	16
Coopérnico Ana Rita Antunes e Rui Pulido Valente	16
O Fojo Maurício Umman	19
Casa de Santa Isabel Ana Chhaganlal e Bert Tem Brinke	22
Famalicão em Transição Joaquim Sampaio	26
3. Sínteses dos grupos de trabalho	30
Território	30
Igualdade	33
Ecologia	35
Democracia	40
4. Comentários Finais	42
Carla Graça Associação Zero	42
IV. OUTROS LINKS DE INTERESSE	46

I. ENQUADRAMENTO DO WEBINÁRIO

Neste 2º caderno temático, criado a partir dos resultados do webinar Políticas para a Crise Socio-Ecológica realizado a 26 de junho de 2020 pretendemos abordar a profunda crise socio-ecológica que atravessamos há algumas décadas e a sua relação com a atual pandemia.

De facto, a emergência sanitária decorrente da pandemia da Covid-19 gerou uma resposta por parte dos governos nacionais que teve impactos ambientais, económicos e sociais inusitados.

Por um lado, a redução drástica das atividades económicas e do movimento de pessoas e bens levou a uma redução das emissões globais de gases com efeito de estufa nunca antes conseguida e que nos aproximaria das metas do Acordo de Paris.

Por outro lado, os confinamentos compulsivos levaram a quebras de receitas de largos setores da economia e a perdas de rendimento e de emprego, que vão intensificar ainda mais as situações de desigualdade e injustiça social existentes.

A resposta enérgica à crise sanitária tem sido equacionada como decrescimento. No entanto, trata-se de um equívoco que convém desfazer pois estamos perante um decrescimento forçado e com impactos sociais nefastos e não perante um decrescimento planeado e justo tal como é defendido pelos decrescentistas.

No entanto, a resposta política à pandemia no sentido de aplanar a curva das infeções mostrou que seria em princípio possível uma abordagem igualmente enérgica da crise ambiental no sentido de aplanar as curvas da mudança climática, da perda de biodiversidade ou da destruição de ecossistemas.

Para tal seria necessário colocar a preservação da vida e dos ecossistemas no centro das políticas socioeconómicas e da governança, pois é a prosperidade e mesmo a sobrevivência das sociedades humanas, tal como existem hoje, que está em causa.



Clique aqui

para ouvir a intervenção
de Álvaro Fonseca, da Rede para o Decrescimento.



II. REFLEXÕES E PROPOSTAS A INTEGRAR NO MANIFESTO

Os diagnósticos feitos pela comunidade científica e pelos movimentos ambientalistas, mostram a crise pandémica está estreitamente ligada ao modelo económico dominante, de crescimento permanente, assente na produção e consumo insustentáveis, com a consequente geração de desperdício e poluição.

Este modelo económico é responsável pelas grandes injustiças sociais, patentes também nos fluxos migratórios, particularmente visíveis nas pessoas refugiadas, e no fosso entre o Norte e o Sul globais.

Com este **webinário**, procurámos dar uma panorâmica de algumas das propostas de transformação socioeconómica e política que têm vindo a surgir, assim como de projetos ou iniciativas já em curso no nosso país. Todas estas propostas e iniciativas visam contribuir para um futuro de bem-estar generalizado, justiça social e sustentabilidade ambiental.

Neste ponto seleccionámos as propostas que reuniram maior consenso para unir esforços das organizações da sociedade civil, no quadro da apresentação de propostas de política pública.

Propostas de políticas públicas a trabalhar:

• Território

- ▶ Aumentar a produção alimentar dentro das áreas urbanas e periurbanas;
- ▶ Apostar numa produção alimentar de base local e promover os circuitos agroalimentares curtos;
- ▶ Criar medidas que fomentem uma floresta autóctone e diversa;
- ▶ Incentivar e apoiar politicamente uma agenda de natureza transformadora em termos de Políticas e Valores para ultrapassar a Crise Socio-Ecológica, criando grupos de trabalho organizados localmente que reúnam autarquias, organizações da sociedade civil e instituições do ensino superior, e que de forma colaborativa e com as comunidades definam, implementem e avaliem essa agenda;
- ▶ Criar ao nível autárquico Cartas de Compromisso para a Mudança Socio-Ecológica, visando potenciar transformações viabilizadas pelas "brechas" abertas pela pandemia, envolvendo os três tipos de instituições (autarquias, organizações da sociedade civil e instituições de ensino superior).

• Igualdade

- ▶ Reconhecer a importância do cuidado na sociedade portuguesa (alimentar, limpar, proteger, ensinar, produzir e processar alimentos, apoio emocional, ensino das crianças, cultivar, entre outras atividades) levadas

a cabo maioritariamente pelas mulheres e raparigas, como foi visível no enfrentamento da COVID 19;

▶ Trazer as vozes de muitas das mulheres que não têm tido escolhas como as vozes das mulheres imigrantes, das mulheres idosas, das mulheres na prostituição, e outras, que têm estado na sombra e que devem ser valorizadas, trazendo as suas experiências para as propostas políticas.

• **Ecologia**

▶ Incentivar os transportes coletivos e criar barreiras ao uso de transportes individuais;

▶ Apostar na ferrovia dentro do território nacional e nas ligações à Europa (em vez da aviação);

▶ Inserir critérios ecológicos nos processos de contratação pública (ex: abastecimento local das cantinas escolares);

▶ Investir na infraestrutura social em detrimento da infraestrutura do betão será a única forma de viver protegendo o planeta, com melhores e mais transportes públicos não poluentes, cidades e habitação sustentáveis, serviços públicos de apoio às famílias (durante todo o ciclo de vida) e agricultura biológica;

▶ Promover os transportes suaves dentro das cidades.

• **Democracia**

▶ Valorizar no contexto do sistema educativo a participação das crianças e dos/as jovens e aumentar os espaços públicos de participação, onde a liberdade esteja mais presente;

▶ Cultivar um pensamento crítico e promover informação transparente sobre os impactos ecológicos e sociais das decisões políticas, por forma a informar a tomada de decisão;

▶ Desenvolver e implementar processos de democracia participativa ao nível local;

III. RESUMO DA SESSÃO

1. Introdução ao tema



Inês Cosme

Doutorada em Estudos sobre a Globalização e formada em Engenharia do Ambiente, ambas pela Universidade NOVA de Lisboa. É investigadora no CENSE (*Center for Environmental and Sustainability Research*) desde 2012 no grupo de Economia Ecológica e Gestão Ambiental, e detém atualmente tarefas de gestão e comunicação de ciência no centro. No seu trabalho de investigação tem explorado a teoria e as práticas do decrescimento, investigando o papel de iniciativas *bottom-up* e *top-down* na transformação das relações económicas e sociais, e revelando de que forma estas podem contribuir para restaurar uma maior pluralidade de valores, cooperação e solidariedade na sociedade.

▶ ▶ Para percebermos as questões que a crise socio-ecológica nos coloca, temos que falar não só de políticas concretas, mas principalmente de visões que estão por trás dessas políticas. Visões para um futuro imaginado em que temos que articular as necessidades humanas com a proteção dos sistemas.

Porque é que precisamos de mudar o rumo do nosso desenvolvimento?

Temos problemas graves a nível da biodiversidade, das alterações climáticas, alterações do uso do solo e os ciclos biogeoquímicos do fósforo e do azoto. Um risco dos sistemas que suportam a nossa vida colapsarem. Mas, o impacto que cada país tem nesta crise socio-ecológica é diferente. O grupo dos países ricos, do Norte, exercem uma maior pressão nos sistemas, medida, por exemplo, pela pegada ecológica, do que outros países, do Sul, como a Índia e grande parte

dos países africanos. Será que, assim, conseguimos uma vida digna para todos e todas, para o Sul Global e o Norte Global?

A promoção do bem-estar social, garantindo as condições mínimas de vida, em simultâneo sem passar os limites ecológicos, é um desafio para superar a crise socio-ecológica global num mundo novo.

- Quais os valores que imaginamos para uma civilização próspera e sustentável?
- ▶ Diversidade e pluralidade;
- ▶ Autonomia e autoconfiança;
- ▶ Solidariedade e reciprocidade;
- ▶ Bens comuns e ética do coletivo;
- ▶ Unidade com e direitos da natureza;
- ▶ Interdependência;
- ▶ Simplicidade e suficiência;
- ▶ Inclusão e dignidade;
- ▶ Não hierarquia (horizontalidade);
- ▶ Trabalho digno;
- ▶ Direitos e deveres;
- ▶ Sustentabilidade ecológicas;
- ▶ Não-violência e paz.

Ir mais além: uma perspetiva do decrescimento.

São os fins que dão sentido aos meios: a economia não deve ser vista como um fim, mas sim como um meio. Uma nova visão integra a economia dentro de uma sociedade que, por sua vez, está dentro dum ambiente biofísico.

É necessária uma redução do consumo e da produção para aumentar o bem-estar humano e melhorar as condições ecológicas.

O decrescimento é a união de três grandes objetivos:

1. Redução dos impactos ambientais da atividade humana;
2. Redistribuição da riqueza e rendimentos entre e dentro dos países;
3. Transição de uma sociedade materialista para uma sociedade convivial e participativa.



Clique aqui

para ouvir a intervenção
de Inês Cosme.



Para visualizar a Apresentação clique aqui ▶



Teresa Cunha

Doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra. É investigadora sénior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra onde ensina em vários Cursos de Doutoramento; co-coordena a publicação 'Oficina do CES', os ciclos do *Gender Workshop*. Co-coordena a Escola da Inverno 'Ecologias Feministas de Saberes' e o Programa de Investigação ALICE - Epistemologias do Sul. É professora-adjunta da Escola Superior de Educação do Instituto Superior Politécnico de Coimbra e investigadora associada do CODESRIA e do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Em 2017, foi agraciada com a Ordem de Timor-Leste pelo Presidente da República Democrática de Timor-Leste. Os seus interesses de investigação são feminismos e pós-colonialismos; outras economias e economias feministas mulheres; transição pós-bélica, paz e memórias; direitos humanos das mulheres no espaço do Índico. Tem publicados vários livros e artigos científicos em diversos países e línguas dos quais se destacam: *Women InPower Women*: Outras Economias criadas e lideradas por mulheres do sul não-imperial; *Never Trust Sindarela*: Feminismos, Pós-colonialismos, Moçambique e Timor-Leste; Ensaio pela Democracia: Justiça, dignidade e bem-viver; *Elas no Sul e no Norte*; *Vozes das Mulheres de Timor*; *Timor-Leste: Crónica da Observação da Coragem*; *Feto Timor Nain Hitu - Sete Mulheres de Timor*; *Andar Por Outros Caminhos*; e *Raízes da Participação*.

Um manifesto feminista pela vida

A escala global do fenómeno da infeção pelo novo Coronavírus, a rapidez da sua disseminação e a terrível visibilidade dos seus impactos são razões suficientes para que este assunto se torne para nós, feministas, em um processo de reflexão profunda, que vá para além de uma visão meramente sanitária.

Para começar, gostaria de afirmar que essa pandemia, entre outras coisas de que tratarei adiante, revela a trágica profundidade das desigualdades no mundo e, especialmente, a permanência das vulnerabilidades, das discriminações e das violências impostas às mulheres de todas as idades e de todos os cantos do planeta. Ainda, é claro, que nem todas as mulheres e as raparigas sofrem com a mesma intensidade, nem e/ou enfrentam em igualdade de condições as consequências da pandemia. Porém, é bom não esquecer que a experiência milenar das mulheres nos tem ensinado que não importa a crise, a calamidade ou a tragédia, nós somos sempre as mais atingidas, as menos protegidas e as que menos são ouvidas. Por isso, parece-me fundamental afirmar que a primeira coisa a fazer é provocar, alimentar e levar a cabo um diálogo feminista entre essa pandemia e a questão de género. Proponho, então, para além da razão estatística dos comunicados de imprensa e das ordens autoritárias dos estados, pensar, assim, pelas nossas próprias cabeças; isto é, desobedecer sempre que nos digam que o Corona Vírus é razão suficiente para cortar as nossas liberdades, os nossos direitos, aumentar o nosso trabalho não pago, intensificar as violências contra nós, impedir a nossa mobilização social e promover a militarização das nossas vidas. Esta reflexão é, essencialmente, um manifesto pela vida. É, em si, uma luta que travamos por ela. Não queremos que seja confundida com mais um ato de guerra, *pois por mais que seja santa, a guerra é a guerra*.

Olho para esta realidade a partir do meu lugar de mulher, feminista e africana. Estas múltiplas condições com que me defino são conteúdos e não apenas detalhes biográficos. Nesse sentido, pretendo fazer uma reflexão feminista em dois momentos. No primeiro dedico-me a refletir sobre algumas questões de ordem mais abrangente e que têm que ver com o sistema capitalista neo liberal dominante em que vivemos e como ele tem vindo a criar as condições para a emergência de uma *tempestade perfeita* que se materializa na enorme velocidade com que se disseminam a violência, a desigualdade, as pandemias e todas as outras doenças que ele mesmo produz. Faço-o a partir de duas ideias principais: a contradição entre o capital e a vida; e a contradição entre o capital e a natureza. Na segunda parte, procuro pensar sobre os trabalhos do cuidado para reforçar as duas ideias centrais do meu argumento:

1. Qualquer alternativa contemporânea saudável e justa tem que colocar o cuidado no seu centro;
2. São as mulheres e as raparigas de todo o mundo que alimentam, sustentam e produzem a vida.

E isso é a economia mais real de todas e o trabalho mais produtivo de todos.

Por estas e outras razões, considero que em período de pandemia pelo novo Coronavírus a mais insurgente das reflexões é afirmar que a economia não parou. Ao contrário, as economias que produzem incessantemente a vida estão a funcionar na sua máxima capacidade para proteger, alimentar, abrigar curar, cuidar, produzir alimentos, limpar, apoiar e amar. As alternativas estão em marcha, ainda que silenciadas, desprezadas e fragilizadas por todas as desconfianças lançadas sobre elas, mas acintosamente, presentes nos nossos dias de confinamento ou de medo por aquilo que ainda não entendemos e de como nos afeta o presente e o futuro.

Algumas propostas políticas:

Face aos problemas e dificuldades que se apresentam em especial às mulheres e raparigas é muito importante mostrar que elas estão, não apenas atentas, mas estão a produzir conhecimentos e a tornar possível colocar em prática diversas alternativas. Além disso tomam posição pública e fazem recomendações concretas para o presente e o futuro. Elas estão, pois, empenhadas em contribuir, das mais diversas formas, para o enfrentamento dos problemas causados pela pandemia e a pensar como fazer a recuperação do país sem deixar que fique tudo na mesma, ou pior para elas. Elas querem que esta seja uma oportunidade para transformar Portugal num país mais justo, mais igual respeitando a dignidade, os direitos e os modos de vida de todas e todos. Assim recomenda-se e propõe-se:

• VIOLÊNCIA

Recomenda-se

▶ Implementar medidas de proteção especial para as mulheres e meninas vítimas de violência (física, sexual, económica e psicológica) a que estão cada vez mais vulneráveis, em especial, em épocas de pandemia e crise económica e social como esta;

Propõe-se

▶ Auxiliar as Organizações da Sociedade Civil competentes nesta área para desenvolverem os novos serviços para denúncia ou pedido de socorro em caso de violência para apoio, encaminhamento e implementação de medidas de mitigação como o afastamento imediato de mulheres e meninas dos agressores, como por exemplo atribuição de linhas telefónicas com mais números de telefone de emergência acessíveis por telefone;

▶ Criar uma rede de postos de denúncia da violência em instituições de referência como as farmácias;

▶ Auxiliar as Organizações da Sociedade Civil competentes nesta área para abrir e manter Casas Abrigo para receber mulheres e meninas em situação de violência e perigo de vida;

• SAÚDE

Recomenda-se

▶ Prestar uma atenção especial à saúde sexual e reprodutiva das mulheres assim como à sua saúde mental através do reforço de serviços à distância e do aumento da oferta do acompanhamento psicológico;

Propõe-se

▶ Providenciar a nível das instituições do Estado, empresas e outras instituições sociais o material sanitário de prevenção como máscaras, soluções desinfetantes, batas descartáveis, especialmente para as/os profissionais de saúde, da educação, da alimentação e outras/os que lidam com o público regularmente;

▶ Capacitar as/os profissionais de saúde para acompanhamento à distância das mulheres em situação mais vulnerável e organizar equipas móveis, devidamente formadas e protegidas, para apoio domiciliário, nomeadamente a grávidas, lactantes e vítimas de violência sexual;

▶ Colocar à disposição nas unidades sanitárias meios de planeamento familiar à distância e contraceptivos de longa duração;

• TRABALHO E RENDIMENTO

Exige-se

▶ Que se reconheça que a economia do cuidado na sociedade portuguesa (alimentar, limpar, proteger, ensinar, produzir e processar alimentos, apoio emocional, ensino das crianças, cultivar, entre outras atividades) levadas a cabo pelas mulheres e raparigas como essencial para o enfrentamento da COVID 19 e a recuperação do país nesta fase pós-emergência;

Recomenda-se

▶ Valorizar e apoiar os circuitos curtos de produção e comercialização de alimentos e outros bens essenciais e protegê-los do ponto de vista fiscal e económico;

Propõe-se

▶ Estabelecer regras (jurídicas e sociais) de proteção do emprego (proibição do desemprego) e das atividades de geração de renda (infraestruturas de segurança sanitária) a quem precisa de trabalhar obrigando as empresas a assumir a sua responsabilidade social;

▶ Estabelecer um Rendimento Mínimo Universal atribuído pelo Estado para auxiliar as famílias a manterem a dignidade e a vida no período de pandemia e de recuperação económica e social subsequente;

• CIDADANIA, BEM-ESTAR E PODER

Exige-se

▶ Que se recuse a ideia de que *one size fits all*. Isso significa reconhecer

que esta pandemia atinge de maneira diferente mulheres e homens e que, em muitos casos, o impacto na vida das mulheres não é apenas desigual, mas é mais violento, atingindo-as de forma desproporcional e a todas as pessoas que dependem delas;

Propõe-se

▶ Implementar a paridade entre mulheres e homens em todos os processos de análise, compreensão do problema e na tomada de decisões relativas ao presente estado de calamidade como também nos processos subsequentes de recuperação da economia, da normalização da vida cívica, política e cultural do país. Consideramos que a paridade só é atingida quando há a integração de 50% de mulheres provenientes de várias gerações, dos vários sectores da sociedade (sociedade civil, estado e economia) e com diferentes tipos de competências;


▶ Garantir os direitos e garantias constitucionais que não devem ser inibidos pelo estado de calamidade, através de uma fiscalização efetiva e democrática, acompanhada pelo governo e pelo parlamento, da ação das forças de segurança, policiais e militares;

▶ Fazer uma fiscalização efetiva dos preços praticados dos bens essenciais à vida e penalizar empresas, comerciantes e outros agentes económicos que estejam a provocar a especulação e uma escassez artificial;

▶ Lançar uma moratória ao nível do país para fornecimento de eletricidade e água sem custos a todas/os as/os cidadãs/ãos durante o estado de emergência e de recuperação;

Afirma-se que é imprescindível para a comunidade nacional fazer face a esta e as demais calamidades e que as coisas não podem ficar na mesma como dantes:

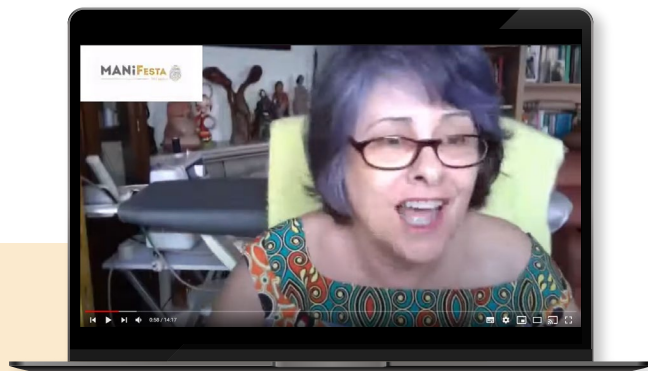
Deve-se iniciar um processo de reflexão nacional, com paridade de género, sobre o modelo de desenvolvimento de modo a permitir no futuro a justiça social baseada na justiça de género; a soberania alimentar; a conservação da biodiversidade; a preservação dos recursos naturais

para benefício de todas e todos; o combate às alterações climáticas e ao desenvolvimento de um estado com capacidade redistributiva e de proteção social de todas/os as/os suas/seus cidadãs/ãos. 



Clique aqui

para ouvir a intervenção
de Teresa Cunha.



2. Apresentação das práticas

Coopérnico

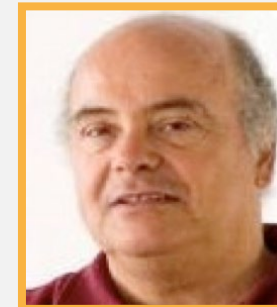



Ana Rita Antunes

Sintrense e Engenheira do ambiente pela Universidade Nova de Lisboa, com mestrado em eficiência energética, pela mesma Universidade. É associada da ZERO e membro do Conselho Geral. Na Coopérnico, onde trabalha há quatro anos, é Coordenadora Executiva.

Rui Pulido Valente

Membro da Direção da Coopérnico com a responsabilidade dos Grupos Locais Presidente da Comissão Setorial para a Qualidade da Educação e Formação do Instituto Português da Qualidade no âmbito do Sistema Português da Qualidade Diretor Executivo da Fundação Professor Francisco Pulido Valente, instituição com reconhecimento de entidade de utilidade pública pelo Conselho de Ministros Membro da Direção da Coopérnico Membro da Associação MOR promotora da Moeda Local de Montemor-o-Novo Membro da Associação Ephemera.



 Trata-se da primeira cooperativa de energias renováveis criada em Portugal, com 3 eixos de intervenção. O eixo 1 consiste na produção descentralizada de energia renovável, através da instalação de centrais fotovoltaicas (principalmente na área social e afins) em projetos avançados pelo investimento dos próprios cooperantes, com forte ligação ao território e nítido cariz ético; o eixo 2 trata da comercialização de energia elétrica em todo o país a particulares e empresas, a um preço justo; e por fim, o eixo 3 diz respeito à prestação de serviços energéticos com forte presença nas comunidades através dos Grupos Locais e trabalhando, essencialmente, na literacia energética. Atualmente a Coopérnico tem 1700 membros, 28 centrais fotovoltaicas em todo o país e quer atingir os 2000 clientes de energia até final do ano.

A Coopérnico destaca-se pela sua capacidade de ligação ao território e resolução de problemas a nível local, dando resposta muito direta à pandemia, mas, também, desenvolvendo experiências piloto de criação das Comunidades de Energia (produção em autoconsumo individual e coletivo previsto no decreto lei 162), ou trabalhando outras formas de energia renovável como o biogás ou a eólica. O modelo dos Grupos Locais, aliado ao espírito cooperativo, fazem da Coopérnico um exemplo de uma gestão democrática e participada. Uma segunda intervenção

focou-se na crise atual e nas oportunidades que esta criou, no sentido de colmatar assimetrias regionais (digitalização), de reconhecer o trabalho das associações locais e, também, de fomentar o esforço de interligação com as políticas desenvolvidas pelas autarquias. Foi apresentado o projeto da Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo, conhecido por KmZero, que faz a defesa dos produtos locais e do comércio local, associando práticas de alimentação saudável. A defesa do reconhecimento os grupos, associações e ativistas locais foi também referida, aliada à existência de Cartas de Compromisso nas autarquias com o objetivo de focar em dois ou três eixos para possibilitar a realização e monitorização.



Clique aqui

para ouvir a intervenção
da Coopérnico.



O Fojo

Maurício Umann

Maurício Umann, aka MU, homem, pai, designer industrial, aprendiz, praticante, educador e consultor de permacultura, comunidades e construção natural dedica-se há 15 anos ao design e implementação de projetos regenerativos e de educação ambiental na Europa e América Latina, com o seu projeto profissional *Regenerative Systems Design Studio*. MU é o fundador e diretor do icónico projeto O Fojo | *Permaculture – Integral Education Center*, em Portugal e escreveu o Livro *Permacultura - Curso de Introdução*, agora a ser traduzido em oito línguas, a partir da versão inglesa. MU é co-autor do projeto e do livro *Aldeia das Amoreiras – Permacultura para uma Aldeia* e criador do projeto *Fértil Chaos*, para divulgar a *Regeneração Ambiental e Social*, *Permacultura*, *Decrescimento*, *Simplicidade Voluntária*, *Movimento de Transição*, *Construção Natural*, etc. Atualmente está a aprofundar os seus conhecimentos e práticas regenerativas como designer e educador internacional; a desenvolver um sistema de *Diploma Internacional de Permacultura* e a iniciar um novo projeto de pré-fabricação de cabanas e mini casas sobre rodas, em fase de design e prototipagem dos seus primeiros modelos. Na área da Educação está a apurar e finalizar a versão “final” dos seu *Curso e Livro Resilience and Regenerative Systems Design*, que inclui um curso internacional certificado de Permacultura. Estes projetos fazem parte do seu segundo *Diploma de Permacultura*, a ser finalizado no próximo ano.



A experiência do Fojo

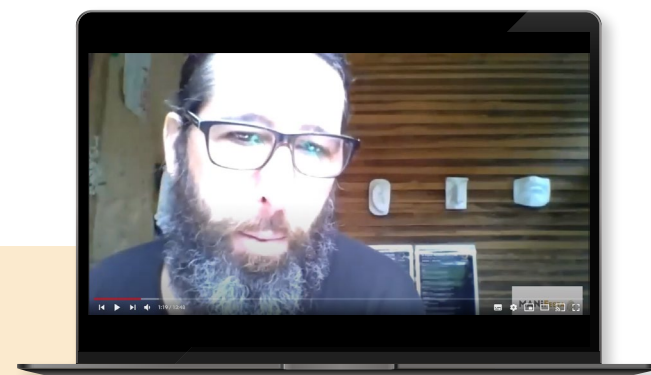
O Projecto O Fojo Permacultura surgiu da necessidade pessoal de reconexão com a natureza e de uma sede de transformação a partir do espelho que a mesma proporciona. Com o passar dos anos, um projeto que se pretendia familiar e de aprendizagem prática, transformou-se

num centro de Educação Integral e um polo de transformação pessoal, através dos encontros proporcionados pelos eventos por cá realizados como o evento de construção natural Mãos na Terra, Experiências de Permacultura, *Let's Grow*, Cursos Certificados de Permacultura, Introduções à Permacultura, Introduções às Comunidades e Ecoaldeias, *Dragon Dreaming*, voluntariados e estágios.

• A experiência das várias fases destes últimos 12 anos de projeto são em torno dos seguintes temas:

- ▶ Como vivermos integrados numa paisagem de mono ou bi-cultura de eucalipto/pinheiro e de iminente risco de incêndio florestal provocado pela ação humana e o desbaste de eucalipto, pinheiro e limpeza de mato com a preservação e novos plantios de espécies autóctones, como os carvalhos, sobreiros e medronheiros;
- ▶ Centro prático de experimentação e criação de resiliência pessoal;
- ▶ Arquitetura Bioclimática e Construção natural;
- ▶ Produção de alimentos à escala familiar;
- ▶ Banco de sementes local;
- ▶ Regeneração dos solos e gestão de água na paisagem;
- ▶ Participação e intervenção sociais locais (Ex. Trocovenda);
- ▶ Voluntariados nacionais e internacionais;
- ▶ Economia do projeto, financiamento ou a falta dele, resiliência;
- ▶ Mãos na Terra em tese portuguesa sobre Arquitetura de Terra;
- ▶ Tutoria de tese portuguesa sobre Paisagismo Regenerativo;

- ▶ Tutoria de tese holandesa sobre Antropologia e Permacultura;
- ▶ Em termos de projetos Futuros, estamos a preparar o espaço para podermos iniciar uma Escola da Floresta, dedicada às crianças, residências artísticas internacionais e experiências de aprendizagem de longo termo.



Clique aqui

**para ouvir a intervenção
de Maurício Umann.**

A Casa de Santa Isabel

Ana Chhaganlal E Bert Ten Brinke

Bert ten Brinke: nasceu em 1955, nos Países Baixos. Tem formação em Gestão de Reservas Naturais, Pedagogia e Socioterapia. É colaborador da Casa de Santa Isabel desde 1984. Contribui como co-responsável por um Lar Residencial, monitor na silvicultura e formador.



Ana Chhaganlal: nasceu em 1983, em Lisboa. Tem formação em Psicologia, e trabalho dedicado aos Direitos Humanos, Voluntariado e Comunidade. Vive e aprende na e com a Casa de Santa Isabel desde 2014. Contribui como co-responsável de um Lar Residencial, terapeuta e apoio à organização da Comunidade.

A experiência da Casa de Santa Isabel

A Casa de Santa Isabel (CSI) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) na Serra da Estrela e começou a sua atividade em 1981. Surgiu com o impulso de criar uma comunidade terapêutica, de vida e de trabalho, para crianças com deficiência mental, integrando uma Escola de Ensino Especial inspirada no conceito das Comunidades Camphill (Grã-Bretanha), onde companheiros/as (utentes com quem partilhamos o pão) e colaboradores/as (técnicos/as) vivem juntos e juntas, num ambiente de desenvolvimento mútuo.

Inicialmente, acolheu jovens adolescentes com vivências de traumas de abandono, de negligência e de abuso. Sendo um organismo dinâmico e vivo, o rápido crescimento da Comunidade permitiu experienciar diversos processos de transformação, de forma a dar resposta às necessidades de desenvolvimento que foram surgindo. Atualmente, a CSI desenvolve 3 respostas sociais: Lar Residencial (5 casas); Centro de Atividades Ocupacionais, com várias oficinas de trabalho (Tecelagem,

Reciclagem, Oficina de Livros, Oficina de Velas, Hortas); e Formação Profissional (Padaria, Cozinha, Carpintaria, Produção Florestal). Desfruta ainda de duas quintas, onde se pratica Agricultura Biodinâmica.

A CSI é uma comunidade terapêutica para pessoas com necessidades especiais, que reconhecemos, em primeira instância, como pessoas com capacidades especiais. Partimos do princípio que cada ser humano está aqui na Terra com uma missão, seja para uma aprendizagem individual, seja para contribuir no mundo com as suas qualidades e capacidades pessoais. O reconhecimento do núcleo espiritual/divino, puro e sadio por natureza, que reside em cada pessoa, está na base do nosso trabalho e proporciona potencialmente um desenvolvimento mútuo no encontro entre companheiro/a (utente) e colaborador/a, onde ambos podem ser docente e discente em simultâneo.

Somos guiados e guiadas por um impulso comunitário e pelos princípios sociais, culturais e económicos da Antroposofia, inspirada por Rudolf Steiner – uma mundovisão que abarca a compreensão espiritual do ser humano e do universo. Esta mundovisão reflete-se na nossa estrutura, baseando-se na ideia da Trimemoração do ser humano e da sociedade: Fraternidade no âmbito da Economia, Igualdade no âmbito Social e Liberdade no âmbito da Pedagogia/Terapia/Espiritualidade.

No âmbito da ECONOMIA, aplicamos o conceito da Ecologia à “gerência da Casa”, considerando Casa ao nível micro (Instituição) e ao nível macro (o planeta Terra). Aqui reina a fraternidade, a partilha dos bens de acordo com as necessidades individuais e de modo equitativo. Uma manifestação deste princípio é o Fundo Social, uma iniciativa na qual os colaboradores e as colaboradoras residentes doam os seus diferentes salários para o Fundo, para serem redistribuídos igualmente, e tendo ainda em conta necessidades individuais como, por exemplo, despesas médicas, emergências, um fundo para a educação de filhos e filhas, e donativos para projetos que queremos apoiar.

No âmbito SOCIAL, cultivamos a Lei Social: “numa comunidade de pessoas que trabalham juntas, o bem-estar da comunidade é tanto

maior quanto menos o/a trabalhador/a individual reclamar para si os proveitos do seu trabalho, e quanto mais desses proveitos forem entregues aos seus pares. Por sua vez, ele permitirá que as suas próprias necessidades encontrem resposta no trabalho realizado por outras pessoas.” Procuramos praticar a igualdade através de uma estrutura organizacional horizontal, onde todos os membros da Comunidade têm voz, inclusive os companheiros e companheiras. O Conselho de Colaboradores/as representa o órgão central, que decide em conjunto, delegando tarefas e responsabilidades aos diversos grupos de mandato.

No âmbito da PEDAGOGIA, TERAPIA e ESPIRITUALIDADE, procuramos desenvolver a liberdade. Professores/as, monitores/as e terapeutas têm autonomia no seu trabalho pedagógico e terapêutico, enriquecido em trabalho de equipa. O objetivo básico é promover o desenvolvimento harmonioso de cada pessoa, o que pressupõe um trabalho consciente e individual, para que se alcance o desenvolvimento mútuo que pretendemos, respeitando o ritmo e a maneira de ser de cada um e de cada uma.

Desde a fundação da CSI estimula-se a criação de um ambiente harmonioso que por si só seja terapêutico. AMBIENTE é aqui considerado no seu significado mais amplo. Utilizamos de modo consciente e cuidadoso os recursos vitais, tais como água, energias, alimentos e bens de consumo, privilegiando o uso de energias renováveis. Cuidamos dos espaços exteriores, com as suas plantas e animais, procurando preservar e melhorar a sua beleza e o seu equilíbrio ambiental, de acordo com as práticas de Agricultura Biológica e Biodinâmica. Evitamos a produção de lixo e praticamos a reutilização, a reciclagem, a compostagem, procurando poluir o menos possível. Em qualquer área, damos preferência, dentro do possível, a produtos de origem biológica, sustentável, do comércio justo e/ou de reduzida pegada ambiental. A educação ambiental é, desta forma, transversal e parte integrante da nossa vida.

Na Casa de Santa Isabel trabalhamos com pessoas com **necessidades especiais** e que, na primeira instância, reconhecemos que têm **capacidades especiais**.

Partimos também do princípio que cada ser humano, cada um e de cada uma de nós, está **na vida** como uma pessoa especial: seja para uma comunidade particular ou para o mundo, conta com o que há de especial e particular em cada um/a.

Reconhecemos também que, em cada um de nós, reside um núcleo, divino e espiritual, que por sua natureza é puro e é sadio, e isso é a base de trabalho aqui na comunidade.

E essa percepção proporciona que nos sintamos companheiros e companheiras: que é a forma como nós designamos os/as utentes aqui desta instituição – da nossa comunidade.

Então existe, neste contexto, a possibilidade de um envolvimento mútuo entre companheiros, companheiras e professores e professoras, em que ambos podem ser ao mesmo tempo companheiros/as e professores/as.

Nós somos guiados e guiadas por um impulso comunitário, e pelos princípios económicos, sociais e culturais da antroposofia, inspirada por Rudolf Steiner que abarca uma compreensão espiritual do ser humano e do universo.

- E, neste sentido, esta mundovisão que se baseia na ideia da tri-memoração do ser humano e da sociedade, também se reflete na forma como estamos estruturados:
 - ▶ O princípio da fraternidade, no âmbito económico;
 - ▶ O princípio da igualdade, no âmbito social;
 - ▶ O princípio da liberdade, no âmbito da pedagogia, da terapia e da própria espiritualidade.





Clique aqui

para ouvir a intervenção
da Casa de Santa Isabel.



Famalicão em Transição



Joaquim Sampaio

Licenciado em Geografia – Universidade do Porto 1984. Mestrado em Geografia – Dinâmicas Espaciais e Ordenamento do Território – Universidade do Porto 1998

Mestrado em Administração e Gestão da Educação – Universidade Portucalense 2011. Doutoramento em Geografia – Especialidade de Geografia Humana – Universidade do Porto 2014. Professor com experiência nos ensinos básico, secundário e superior; formador; colaborador do Instituto Nacional de Estatística. Professor de Geografia do Ensino Secundário. Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas D. Sancho I – Vila Nova de Famalicão. Investigador do CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Colaboração com as associações ReFood – Famalicão, YUPI, Associação Dar as Mãos; Mundos de Vida, entre outras. Sócio da Associação Famalicão em Transição (Presidente do Conselho Fiscal). Sócio da Associação Portuguesa de Geógrafos.

A experiência da associação Famalicão em Transição

Famalicão em Transição é uma associação criada em 2016, que tem como missão fazer com que o concelho de Vila Nova de Famalicão passe a ter uma comunidade mais resiliente, com modos de vida mais saudáveis e sustentáveis. Para isso, é necessário encontrar soluções imaginativas para uma comunidade pós-carbono, fazendo a descontinuidade de modelos que têm demonstrado estar desajustados aos nossos propósitos.

A Transição é feita com as pessoas, envolvendo-as, tendo por base a sociocracia, e procurando soluções inclusivas, em que todas as pessoas têm espaço para partilhar as suas experiências e visões, numa aprendizagem permanente e positiva, centrada na ação, traduzindo a concretização do que sonhamos para Famalicão. Desta forma, Famalicão em Transição, potencia dinâmicas de convergência coletiva, sempre no sentido de respeitar os princípios fundamentais da nossa missão, contribuindo localmente para a transição do planeta.

A Transição é transversal a todos os domínios (sociais, económicos, ambientais, de governança, etc.), mas a ação da Associação Famalicão em Transição tem estado mais centrada em eixos específicos, de acordo com os interesses e disponibilidade dos associados e associadas. As participações com outros movimentos e associações, tanto a nível nacional como internacional, têm sido diversas, entre as quais: ter um papel ativo na origem da «Carta de Famalicão (manifesto pelo ambiente em Portugal)», resultando do Encontro Ação Ecológica, Transição Sustentável e Regeneração, que reuniu 35 associações ligadas à defesa do ambiente; participação em iniciativas como a Marcha pelo Clima, Limpar Portugal, Dia de Ação Comum pela Natureza, Encontros de Convergência Ecológica e Ambiental, entre outros. Internamente, a associação encontra-se organizada por grupos de trabalho, responsáveis pelo Plano Anual de Atividades: Educação, Comunicação, Economia Circular, Transição Interior e Ambiente.

Da ação local da Associação Famalicão em Transição destacamos várias atividades e dinâmicas. As sessões ambientar-se, uma parceria com

o município de Vila Nova de Famalicão e outras associações ambientais locais, constam na exibição de um filme por sessão, seguido de debate. Estas sessões abordam temas ambientais da agenda local, nacional e internacional, pertinentes e «urgentes», e pretendem chegar a populações diversificadas, nomeadamente a jovens, com a itinerância por vários locais como, por exemplo, escolas secundárias. Também são realizados *workshops* nos domínios da agricultura, construção, energia, saúde e alimentação, permitindo aos formandos e às formandas desenvolver competências para uma vida mais sustentável e em harmonia.


O grupo Educação, em parceria com o município local, dinamiza o ciclo Educação em Transição, promovendo a reflexão e a formação sobre os caminhos da educação, contando histórias positivas e inspiradoras e abrindo o debate sobre a educação “fora da caixa”, questionando a educação formal dominante. Este grupo também se encontra a implementar uma Comunidade de Aprendizagem, a funcionar na sede da associação, na freguesia de Bente, a iniciar no ano letivo 2020-2021. Este projeto pretende que pais, mães e crianças possam encontrar um espaço com um projeto educativo diferenciador e alternativo ao sistema educativo dominante.

O grupo de trabalho Comunicação contribui para a estratégia de comunicação das atividades e dinâmicas da associação.

O grupo Economia Circular organiza o Mercado da Primavera, o Mercadinho de Natal, a Troca de Sementes de Famalicão, e outras atividades que promovam a consciência de um consumo mais sustentável, nomeadamente, através do *upcycling*, de trocas, etc. Algumas destas iniciativas contam com a participação de empresas, instituições e particulares para apresentarem as suas soluções e contributos para consumos e estilos de vida sustentáveis. A Eco-trocas Famalicão é um espaço no Facebook em que os cidadãos e as cidadãs podem apresentar produtos para troca, promovendo um consumo mais consciente e reduzindo o desperdício.

O grupo Transição Interior promove a coesão dos vários elementos da associação e dinamiza atividades para o bem-estar físico e emocional, contribuindo para a harmonia de cada um consigo próprio/a, com as outras pessoas e com a natureza. A preparação da atividade de um dia para Despertar para a Transição tem sido o seu maior empenho, consistindo num retiro em que as participantes vivenciam experiências que promovam a transição.

O grupo Ambiente dedica-se a atividades diretamente ligadas à natureza e à sustentabilidade, como a limpeza de rios e das suas margens, a recuperação de galerias ripícolas, a plantação de vegetação autóctone e caminhadas para exploração, conhecimento e ligação ao território local. Este grupo divulga boas práticas ambientais e promove *workshops*, nomeadamente, para se aprender a construir um forno solar, fazer sabão a partir de óleos usados, etc. Desenvolve o Projeto Sábio, que consiste na recolha de resíduos para fazer compostagem. Com este projeto, duas juntas de freguesia, criaram centros de compostagem. O Trilho das Minas está a ser criado por este grupo, consistindo em dar visibilidade a um território pouco conhecido de minas de tungsténio e de estanho, exploradas por altura da II Guerra Mundial. Trata-se de um território descaracterizado, a necessitar de ser reabilitado. Para além da colocação de sinalética informativa e de orientação, tem havido um trabalho de melhoria, nomeadamente, na remoção de lixeiras e no combate ao domínio do eucalipto e de invasoras, com a plantação de vegetação autóctone. Desta forma, pretende-se que resulte na proteção e valorização de recursos naturais e culturais dos montes onde se localizam estas minas.

Em jeito de conclusão, a Associação Famalicão em Transição tem dado passos importantes para que o concelho de Vila Nova de Famalicão seja cada vez mais resiliente, capaz de fazer uma transição para os valores e a missão que a norteiam, com rumo, sempre, à sustentabilidade, à inclusão e ao humanismo. 



Clique aqui

para ouvir a intervenção
de Famalicão em Transição.



3. Sínteses dos grupos de trabalho

Políticas para a crise socio-ecológica

Grupo de trabalho: **TERRITÓRIO**

Facilitadora: Célia Lavado (ANIMAR)

Relatores: Rui Pulido Valente e Niccollo Primo (COOPÉRNICO)

Questões propostas para o debate:

- Que políticas e práticas locais conhecemos e defendemos para os territórios/comunidades combaterem a crise socio-ecológica?
- Que compromissos de mudança defendemos priorizar a nível local para combater a crise socio-ecológica?

Resumo das intervenções:

A crise sanitária desencadeada diretamente pela pandemia COVID não pode ser desligada de uma crise mais ampla de natureza socio-ecológica,

a qual, por sua vez, reflete os limites e as contradições da expansão do capitalismo global financeiro. Esta crise sanitária desencadeou efeitos imediatos, mas terá inevitavelmente impactos de médio e longo prazo. Tanto os efeitos imediatos com os impactos de médio e longo prazo previsíveis incluem aspetos negativos (que devem ser combatidos) e aspetos potencialmente positivos (que devem ser identificados cuidadosamente e valorizados à luz do combate à crise socio-ecológica).

Por outro lado, tanto os efeitos já sentidos como os impactos que se irão sentir a curto prazo podem ser efémeros ou duradouros. No caso de esses efeitos serem potencialmente positivos, a questão que se coloca é como transformar efeitos efémeros (por exemplo, diminuição de tráfego automóvel, de emissão de gases com efeito de estufa, etc.) em efeitos duradouros.

As políticas e as iniciativas locais são muito importantes para retirar partido das “brechas” abertas pela pandemia no sentido de um desenvolvimento regenerador de base socio-ecológica.

As autarquias, envolvidas na resolução de problemas graves, são absorvidas, mesmo que não o queiram, pelo peso das repostas a situações urgentes ou, quando muito, de acomodação/adaptação às novas situações. O mesmo se passa com grande parte das associações da sociedade civil. Contudo, e dado que não têm o mesmo tipo de responsabilidades e até de competências, essas associações são, em princípio, mais livres para desenvolverem iniciativas locais com uma natureza transformadora, e não apenas de resposta imediata ou de adaptação.

Nesse sentido, sucede muitas vezes em períodos de crise e de pós-crise que as iniciativas da sociedade civil são mais “avançadas” (no sentido de “natureza mais transformadora”) do que as das autarquias. Ainda assim, as associações da sociedade civil dificilmente conseguem reunir condições para participar ativamente nos grandes debates sobre futuros possíveis e desejáveis para o planeta e a humanidade em geral, e para as comunidades locais, em particular. Já as instituições de ensino

superior (universidades, politécnicos) têm como missão participar nesses debates, o que, aliás, já sucede no atual contexto de reforço de diferentes formas de produção de ciência para e com a sociedade.

Há, pois, um triângulo institucional – autarquias, organizações da sociedade civil e instituições do ensino superior - que se deve organizar ao nível local para, de forma colaborativa e com as comunidades, desenvolver uma agenda de natureza transformadora guiada por princípios e valores socio-ecológicos.

Com este objetivo, seria muito interessante que algumas autarquias avançassem com um Carta de Compromisso para a Mudança, visando potenciar transformações viabilizadas pelas “brechas” abertas pela pandemia, envolvendo os três tipos de instituições referidas em torno de uma agenda clara e com objetivos em número muito reduzido (1 a 3) e de natureza integradora e transformadora, estabelecendo um programa de ação com tarefas, responsabilidades, metas, calendário e um sistema leve mas eficiente de governança.

Esse programa de ação deverá identificar um caminho de transição para a(s) transformação/ões desejada(s) a partir de uma visão de desenvolvimento socio-ecológico que articule estrategicamente as novas necessidades/possibilidade abertas pela pandemia com a ideia de transformação regeneradora.

Propostas de políticas públicas a trabalhar:

- Trabalhar políticas que permitam transformar efeitos efémeros (por exemplo, diminuição de tráfego automóvel, de emissão de gases com efeito de estufa, etc.) em efeitos duradouros.
- Desenvolver estudos locais aprofundados das “brechas” de desenvolvimento dos territórios abertas pela pandemia, no sentido de um desenvolvimento regenerador de base socio-ecológica.

- Aprovar sistemas de incentivo para as organizações da sociedade civil, que dificilmente conseguem reunir condições financeiras, para participar ativamente nos grandes debates sobre futuros possíveis e desejáveis para o planeta e a humanidade em geral, e para as comunidades locais, em particular.
- Incentivar e apoiar politicamente uma agenda de natureza transformadora em termos de Políticas e Valores para ultrapassar a Crise Socio-Ecológica, criando grupos de trabalho organizados localmente que reúnam autarquias, organizações da sociedade civil e instituições do ensino superior, e que de forma colaborativa e com as comunidades definam, implementem e avaliem essa agenda.
- Criar ao nível autárquico Cartas de Compromisso para a Mudança, visando potenciar transformações viabilizadas pelas “brechas” abertas pela pandemia, envolvendo os três tipos de instituições (autarquias, organizações da sociedade civil e instituições de ensino superior).



Políticas para a crise socio-ecológica

Grupo de trabalho: **IGUALDADE**

Facilitadora: Alexandra Silva (PpDM)

Relatora: Teresa Cunha (CES – Universidade de Coimbra)

Questões propostas para o debate:

- O que significa prestar atenção às desigualdades entre mulheres e homens quando pensamos na crise ecológica?
- Como mitigar/pôr fim à crise ecológica, tendo em particular consideração benefícios que daí podem advir (sociais, de rendimentos, de alteração de papéis sociais de mulheres e de homens, de eliminação

de estereótipos de género, etc.) para as mulheres (mais de metade da população mundial)?

- Como desenhar e implementar propostas de políticas que concorram para "salvar o planeta", salvando também as pessoas – mulheres e homens – e assegurando os direitos humanos de todas e de todos a uma vida digna e decente? Que propostas podemos fazer nesse sentido?

Resumo das intervenções:

Silvia Frederici disse “O que vocês chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago” como introdução à igualdade e aos impactos da pandemia e da crise socio-ecológica que estamos a viver.

Não há igualdade sem justiça cognitiva, ou seja, é necessário valorizar os conhecimentos de todas e de todos, em particular das mulheres, porque estamos a perder conhecimentos que são importantes para a soberania alimentar e para a regeneração da vida.

É importante existir igualdade de oportunidades no acesso aos recursos, tanto por parte das mulheres como dos homens, mas em particular das pessoas que estão mais desprovidas desse acesso, que, em geral e no mundo, são as mulheres.

Cuidar das pessoas, cuidar da terra e cuidar do ambiente são centrais e têm também que ser centrais no desenho das políticas.

Esta pandemia trouxe particulares impactos para as mulheres e raparigas, nomeadamente a sobrecarga dos trabalhos das mulheres em contexto doméstico, a sobrecarga dos trabalhos profissionais somados aos domésticos. Trouxe, ainda, a sobrecarga dos trabalhos do cuidado não apenas em casa, mas também em áreas de combate à pandemia, como as limpezas, o sistema de saúde, nos complexos da alimentação como supermercados. As mulheres constituem a

maioria da população nesses trabalhos, mas a sua presença tem sido desvalorizada bem como os riscos que correm. Ter em consideração que a maioria dos empregos que foram perdidos, foram empregos ocupados por mulheres.

Propostas de políticas públicas a trabalhar:

- Fazer promover autocríticas ao machismo ainda persistente nos movimentos do desenvolvimento local que não vêm as questões de género como centrais para as suas análises, e da desvalorização que muitas vezes fazem sem consciência dos conhecimentos, práticas e experiências das mulheres;
- Reforçar a ideia de que temos de fazer uma transição de uma sociedade materialista para uma sociedade convivial e participativa, onde todas e todos partilhemos a autoridade;
- Reforçar as redes de solidariedade que foram construídas durante esta experiência de confinamento como boas práticas;
- Trazer as vozes de muitas das mulheres que não têm tido escolhas como as vozes das mulheres imigrantes, das mulheres na prostituição, e outras, que têm estado na sombra e que nós precisamos também de valorizar e trazer para as nossas experiências e propostas políticas.

Políticas para a crise socio-ecológica

Grupo de trabalho: **ECOLOGIA**

Facilitadora: Graça Rojão (COOLABORA)

Relatora: Inês Cosme (CENSE – FCT Nova)

Questões propostas para o debate:

- Como promover a indispensável integração da crise ecológica com a crise social e económica?
- Como é que essa integração se efetiva nas iniciativas/projetos existentes e em propostas políticas concretas?
- Quais os meios pelos quais os cidadãos e cidadãs podem contribuir de forma eficaz para uma transição justa?

Resumo das intervenções:

A pandemia Covid 19 criou brechas no sistema e poderá ser agora uma boa oportunidade repensar e propor políticas, pela eventual maior recetividade de quem decide.

Considerou-se importante contrariar a tendência para voltar àquilo que já se conhece e que se fazia anteriormente à pandemia, porque o risco de regresso dos mesmos lobbys é muito elevado (aviação, combustíveis fósseis, plástico, etc.).

Sublinhou-se a importância de vigiar os investimentos e a redistribuição do poder financeiro, que está altamente concentrado. Esta concentração de poder no capital financeiro tem permitido que se produzam as externalidades negativas que se têm abatido, sobretudo nas populações mais desfavorecidas. É importante fazer propostas de políticas e acompanhar os fluxos monetários, para que não continuem a beneficiar sempre os mesmos grupos sociais.

A pandemia permitiu também uma intensa aprendizagem que importa divulgar: que as soluções estão nas comunidades, nos territórios e têm de ser implementadas de baixo para cima. É importante exigir a quem decide apoio para todas estas iniciativas que nos sustentam e promover o reconhecimento desta base.

Considerou-se importante repensar quais os espaços de decisão onde a nossa ação poderá ser mais eficaz. Apostar em conferências internacionais poderá exigir demasiada energia e ter um retorno reduzido. Entendeu-se ser importante centrar a ação nas políticas nacionais e regionais, tendo em conta que o território é diverso.

Foi sublinhado que os grandes aglomerados urbanos são insustentáveis. É necessário apostar em políticas de desurbanização efetivas, em vez de tentar perpetuar estes aglomerados gigantes. As políticas de criação de hortas urbanas podem responder a um leque diversificado de propósitos (convivialidade, ligação à terra, etc.) mas não dão resposta às exigências alimentares de cidades de grande dimensão. É necessário implementar políticas alimentares consistentes.

As áreas urbanas e periurbanas devem ser tão produtivas quanto possível, mas, ao mesmo tempo, é necessário apostar no território longe dos grandes centros urbanos, promover medidas que permitam fixar jovens e que facilitem o acesso à terra.

É necessário apostar numa produção alimentar de base local, para além das hortas urbanas; recolocar produção alimentar no perímetro urbano e reduzir os “food miles”. A promoção de circuitos curtos agroalimentares, a redução do consumo de carne, a retenção de nutrientes no solo através de técnicas culturais, são medidas importantes para reforçar a autonomia no abastecimento alimentar de base local e a sustentabilidade ecológica.

As áreas rurais estão a sofrer uma crescente eucaliptização, o que tem um forte impacto na degradação do território. É necessário criar alternativas para as pessoas que vivem da floresta.

As políticas de transportes são muito importantes, nomeadamente as que podem reduzir o transporte individual e incentivar os transportes coletivos. É necessário criar oferta fora das grandes cidades (onde os transportes públicos são escassos). Considerou-se prioritário apostar na ferrovia dentro

do território nacional e nas ligações à Europa (em vez da aviação) e nos transportes suaves dentro das cidades (ciclovias temporárias).

Foi referido que as políticas fiscais podem ter um papel importante, por exemplo na taxação do marketing de produtos que não são saudáveis, na redução da produção e do consumo de produtos desnecessários, na redução de impostos de atividades com um melhor desempenho ecológico. Considerou-se importante fazer uma nova reforma fiscal verde – um pacote de medidas capaz de mudar os incentivos fiscais. Foi dito que os critérios relativos à contratação pública, nomeadamente os que dizem respeito ao abastecimento alimentar (por exemplo das cantinas escolares), devem ter cláusulas relacionadas com o respetivo impacto ecológico, na promoção da economia local, etc.

Considerou-se fundamental limitar necessidades de consumo criadas pelo sistema e que chocam com os limites éticos e ecológicos, por exemplo, através da redução da publicidade e do marketing e da criação de políticas públicas que travem a obsolescência programada, que aumentem o prazo de garantia dos produtos e/ou promovam a reparação de bens.

Na formação profissional considerou-se importante aumentar a oferta de cursos e módulos relacionados com agroecologia, energias renováveis, etc., ou integrar estas perspetivas, numa visão holística.

Foi proposto um rendimento básico universal, concedido em créditos de carbono.

Considerou-se importante repensar o uso de tecnologias, nomeadamente pela aposta em sistemas com baixo consumo energético, na avaliação dos riscos para a saúde de tecnologia como o 5G e numa maior transparência.

Foi referido que é importante encontrar estratégias que permitam que as práticas de transição e as alternativas que existem possam influenciar o mainstream.

Propostas de políticas públicas a trabalhar:

- Aposta em soluções que envolvam a participação da comunidade: delinear e implementar de baixo para cima;
- Contrariar a lógica de criação de aglomerados urbanos de dimensão muito elevada. Desconcentrar a população;
- Aumentar, tanto quanto possível, a produção alimentar dentro das áreas urbanas e periurbanas;
- Promover medidas que facilitem a fixação de pessoas em zonas de povoamento menos denso, nomeadamente nas zonas rurais;
- Facilitar o acesso à terra, nomeadamente a jovens;
- Apostar numa produção alimentar de base local e promover os circuitos agroalimentares curtos;
- Estancar a eucaliptização;
- Incentivar os transportes coletivos e criar barreiras ao uso de transportes individuais;
- Apostar na ferrovia dentro do território nacional e nas ligações à Europa (em vez da aviação);
- Promover os transportes suaves dentro das cidades (ciclovias temporárias);
- Criar políticas fiscais verdes;
- Inserir critérios ecológicos nos processos de contratação pública (ex: abastecimento local das cantinas escolares);
- Políticas de regulação e redução da publicidade e do marketing;

- Regulação da obsolescência programada (ex. pelo maior prazo de garantia dos produtos);
- Inclusão de cursos de agroecologia e energias renováveis na formação profissional ou destas temáticas (visão holística);
- Criação de um rendimento básico universal, concedido em créditos de carbono;
- Avaliação transparente e democrática das novas tecnologias (ex.: riscos para a saúde da tecnologia 5G, impacto ecológico, etc.).

Políticas para a crise socio-ecológica

Grupo de trabalho: **DEMOCRACIA**

Facilitador: José João Rodrigues (ANIMAR)

Relatora: Ana Chhaganlal (CASA DE SANTA ISABEL)

Questões propostas para o debate:

- Como promover a participação dos cidadãos e cidadãs na formulação e aplicação de políticas públicas, locais, regionais e nacionais no quadro de combate à crise socio-ecológica?

Resumo das intervenções:

Falou-se na democracia direta de proximidade a nível local, partindo de um objetivo comum para uma participação coletiva, exemplificando com as antigas comissões de moradores que antes eram pontuais.

Considerou-se importante dar voz aos e às jovens e às pessoas idosas para alargar a banda de participação da sociedade. À semelhança dos

orçamentos participativos dose das jovens nas escolas também surgiu a ideia de criar orçamentos participativos para pessoas idosas.

Sobre o sistema educativo, questionou-se a escola como espaço público para fomentar a participação dos e das jovens e a necessidade de haver uma revolução no sistema educativo. Entendeu-se ser necessário cultivar espaços públicos de participação, onde a liberdade esteja mais presente e seja possível aprender com os próprios erros.

Considerou-se importante cultivar o pensamento crítico, reaprender a participar nos fóruns, encarar a necessidade de aprendizagem ao longo da vida, desenvolvendo capacidades como a escuta ativa e o respeito pela opinião das pessoas, ainda que divergentes.

Referiu-se que a democracia, tal como a conhecemos atualmente tem de ser repensada, indo muito mais além do método de tomada de decisões. Surgiu a ideia de trabalhar a democracia direta, de âmbito local. Discutiu-se o interesse da sociocracia, onde as decisões não são tomadas com base na maioria, mas sim com base num consenso geral, originando uma cocriação. Não se trata apenas de participar na tomada de decisões, há uma responsabilidade partilhada em coloca-las em prática.

Foi referido que na sociocracia é necessário que todos e todas participem ativamente. As pessoas não têm hábito de participar, coíbem-se de o fazer. É importante fomentar uma cidadania mais ativa, mais participativa onde possamos participar mais ativamente.

O debate centrou-se na promoção de uma maior participação dos cidadãos e das cidadãs na construção e na aplicação das políticas públicas, tanto a nível local como a nível nacional.

Falou-se bastante da democracia direta, de proximidade e na importância de tomar decisões em conjunto a um nível mais local; em políticas públicas que permitam às pessoas organizarem-se localmente, isto é, partindo de objetivos comuns para uma partilha coletiva.

Para isso, para haver uma co-criação em comunidade, considerou-se que precisamos todos e todas de participar ativamente nestes fóruns (implicando de novo o sistema educativo).


Refletiu-se sobre processos que possam fomentar uma maior participação, uma cidadania mais ativa, participativa e crítica e concluiu-se ser necessária uma revolução do sistema educativo nas crianças e jovens colocando um foco na auto-educação de cada um e cada uma. O desafio é também o de desenvolver estas capacidades de participação de forma mais ativa e com maior responsabilidade nos meios onde já estamos inseridos e integrados. Aqui e aí também podemos fazer uma mudança e participar ativamente”

Propostas de políticas públicas a trabalhar:

- Alargar a banda de participação social: dar mais voz a jovens e a pessoas idosas;
- Criar orçamentos participativos para pessoas idosas (tal como existem para jovens);
- Revolucionar o sistema educativo para a favorecer a participação das crianças e dos/as jovens;
- Cultivar espaços públicos de participação, onde a liberdade esteja mais presente;
- Cultivar um pensamento crítico. Os projetos participativos e democráticos só fazem sentido se houver um pensamento crítico vivo;
- Assumir coletivamente a necessidade de aprendizagem ao longo da vida;
- Refletir sobre as limitações da democracia representativa;

- Desenvolver metodologias de democracia direta – regressando ao tema da proximidade – da democracia local.

4. Comentários finais


 Obrigada mais uma vez a todas as pessoas que aqui participaram. Em primeiro lugar, agradecer obviamente à organização deste webinar e a quem está a trabalhar na MANiFesta. Agradecer aos oradores e às oradoras, aos relatores e às relatoras e aos moderadores e moderadoras o esforço: penso que foi bem conseguido!

Para começar, queria de falar de justiça. Gostaria que, quando falamos de justiça, pensássemos também em justiça climática e social. O que nós necessitamos é de uma mudança de fundo no próprio sistema para conseguir atingir esta justiça que se pretende seja climática e social, absolutamente enraizadas e intrincadas uma na outra.

Vivemos num sistema voraz que consome e que ilude com a ideia que precisamos de consumir para obter o nosso bem-estar social e pessoal. É um sistema que é construído, obviamente foi construído e deliberadamente alimentado, para criar estas desigualdades e, portanto, alimentar a voracidade e, posso dizer, ganância dos mais poderosos enquanto, de facto, se alimentam deste sistema e depredam os recursos. Foi muito bem-dito pela Inês Cosme logo no início, esta ideia do crescimento como surgiu nos anos 70 não é sustentável: não podemos ter uma economia baseada na ilusão de um crescimento infinito, quando temos limites finitos nos quais vivemos. Portanto, temos que sentir que fazemos parte da natureza, que temos uma relação intrincada com ela, e que, mesmo numa perspetiva antropocêntrica, se isto não correr bem para o ambiente que nos rodeia, não vai correr bem para nós também.

O que nós pretendemos com estes webinários é perceber que o sistema de facto está desequilibrado, que há pessoas que beneficiam muito em detrimento de outras (o problema não é só beneficiar, mas o ser em detrimento doutras). Então, temos aqui estas desigualdades e estas injustiças que nós vemos ao nível não apenas de género (como foi referido também no painel da Igualdade), mas também nas questões climáticas e nas questões sociais. São as pessoas mais pobres, as pessoas em situação de maior vulnerabilidade, aqueles e aquelas que têm menos voz, que tipicamente estão e são sujeitas aos impactos ambientais negativos (nomeadamente, onde são instaladas as indústrias mais poluentes) e que recebem sempre as externalidades negativas. Temos desigualdades ao nível global, ao nível da diferença entre o Norte-Sul, do Norte predador dos recursos do Sul e do land grabbing (a aquisição de terras para produção e exportação de bens para os países ricos).

Temos aqui um sistema profundamente desigual que está a caminhar, de facto, para o desastre. Houve alguém que nos alertou no painel da ecologia: temos colocado metas para o 2050, mas o 2050 já é tarde; é verdade. Neste momento já se está a tentar antecipar um conjunto de políticas mas temos que ser mais ambiciosos e ambiciosas. Aqui a questão que se coloca é de facto: quais as políticas públicas que podem ser implementadas na transição para a justiça climática (que se pretende seja o mais rápida possível, mas, para todos os efeitos, é necessária uma transição)? Como é que se trazem as pessoas, cidadãos e cidadãs, a trabalhar este tema e a participar de forma informada nas decisões que são tomadas? Portanto, esta necessidade da democracia deixar de ser apenas uma democracia representativa e que seja verdadeiramente participativa, na qual as opiniões e a informação dada pelos cidadãos e pelas cidadãs seja tida em conta. O nosso desafio é esse: trazer algumas respostas, alguns exemplos práticos, mas depois transformá-los para decisões e para propostas políticas. Este é também o objetivo deste webinário da MANiFesta: transformar as reflexões em propostas políticas que possam ser enviadas a quem decide politicamente e mas que também sejam dadas a conhecer aos cidadãos e às cidadãs, para que haja esta mudança que se pretende mais rápida possível.

Trata-se de conseguir encontrar uma forma para dar voz aos cidadãos e às cidadãs, para que consigam organizar-se em movimentos coletivos, formais ou informais, que tragam de facto peso, criando ligações entre as organizações, como é o caso desta MANiFesta. Para que as vozes dos cidadãos e das cidadãs possam ser ouvidas também por quem decide. Uma última nota: é necessário envolver os media porque de facto têm o peso que têm. Muitas vezes são parciais no que mostram, por desconhecimento diga-se, mas é importante que esta mensagem seja mais alargada de forma efetiva. Portanto, é preciso não apenas trabalhar os temas e envolver as pessoas, mas também comunicar e conseguir comunicar para públicos mais alargados. 

Carla Graça
Associação Zero

IV. OUTROS LINKS DE INTERESSE

DEGROWTH IN MOVEMENT(S)

STRUCTURE, ACTION AND CHANGE

A Bourdieusian Perspective On The Preconditions For A Degrowth Transition, Max Koch (2020)

DEGROWTH TOWARD A STEADY STATE ECONOMY

Unifying Non-Growth Movements for Political Impact, Brian Czech and Riccardo Mastini (Feb 2020)

"PLURIVERSE: A POST-DEVELOPMENT DICTIONARY"

- ▶ Download full ebook for free (1)
- ▶ Download full ebook for free (2)
- ▶ "Viver numa cidade sem carros"
- ▶ A iniciativa Km0

Ficha Técnica:

© MANiFesta 2020

Título: Caderno Temático 2 - Políticas para a crise socio-ecológica **Data:** Junho 2020

Autoria: Associação Animar, ADM Estrela, APCEP - Associação Portuguesa para a Cultura e a Educação Permanente, APPDI - Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão, ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável, Associação EcoGerminar, Coolabora, EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza, Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, Rede para o Decrescimento, PpDM – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres e Fórum Cidadania & Território

Capa e paginação: I'M Brand Marketing & Communication

MANiFESTA
em ação 

Promoção:

 animar

Parceria Territorial:

 ASSOCIAÇÃO
ecogerminar

 ADM
ESTRELA

 COOLABORA
Consultoria e Intervenção Social

Cofinanciamento:

 POISE
Programa Operacional
Iniciativa de Emprego
Juvenil

 PORTUGAL
2020

 UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Organizações Parceiras:

 AIP
Associação
Portuguesa
de
Cultura
e
Educação
Permanente

 APPDI
Associação Portuguesa
para a Diversidade e
Inclusão

 EAPN
REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

 minha terra
Federação Portuguesa de
Associações de
Desenvolvimento
Local

 FÓRUM
CIDADANIA &
TERRITÓRIO

 REDE PARA O
DECRESCIMENTO

 PLATAFORMA PORTUGUESA
PARA OS DIREITOS
DAS MULHERES

 ZERO